

# O ataque do governo Bolsonaro ao sistema de estatísticas econômicas e sociais do Brasil

Henrique Dantas Neder

Em recente entrevista à TV Record, Jair Bolsonaro disse que a taxa de desempregados leva em consideração apenas quem está procurando emprego e, no caso de quem não está nesta condição, seja porque recebe Bolsa Família ou auxílio reclusão, não é classificado como desempregado. Disse ainda que, quando há uma melhora do emprego no país, essas pessoas que recebem os benefícios, passam a procurar emprego e, assim, entram no contingente de desempregados, aumentando o percentual. Completa a sua declaração dizendo que: “É uma coisa que não mede a realidade, parece que são índices que são feitos para enganar a população”. No entanto, a metodologia adotada pelo IBGE para o cálculo da taxa de desemprego segue um padrão internacional definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e qualquer mudança nesta metodologia engendraria uma perda de confiança no indicador assim como a sua falta de comparabilidade com outras nações.

Não podemos deixar de creditar algum sentido a esta declaração. De fato, pode ocorrer conjuntamente, um aumento da taxa de desemprego, quando a economia se recupera e alguns trabalhadores que estavam fora do mercado do trabalho retornam a este, pressionando novamente as taxas para cima. Mas não é isto o que está ocorrendo atualmente no Brasil. O que está ocorrendo é uma diminuta redução da taxa de desemprego e um aumento considerável da população de desalentados e subocupados. Sem dúvida temos que considerar a evolução da população dos chamados desalentados, ou seja, os trabalhadores que por razões diversas deixaram de procurar emprego, principalmente por desacreditarem das condições reais do mercado de trabalho no sentido de absorver a sua força de trabalho. Este contingente populacional

beira atualmente a 5 milhões de brasileiros e já cresceu cerca de 6% entre o último trimestre de 2018 e o segundo trimestre de 2019. Esta categoria não é considerada no cálculo da taxa de desemprego, simplesmente porque não está buscando trabalho.

Além disto, não seria correto considerar o contingente integral dos beneficiários do Programa Bolsa Família como pessoas que não fazem parte da População Economicamente Ativa e poderiam em um segundo momento nesta entrar, pressionando para cima os índices de desemprego. A População Economicamente Ativa que é o denominador da taxa de desemprego é a soma daqueles que estão desocupados e procurando emprego e aqueles que estão plenamente ocupados, trabalhando 40 horas ou mais ou ganhando um 1 salário mínimo ou mais. Muitos dos beneficiários do Programa Bolsa Família também trabalham ou buscam ocupações no mercado de trabalho, dado que o montante das transferências monetárias deste programa (aproximadamente R\$ 140,00 mensais para a maior parte das famílias beneficiárias) é apenas suficiente para tentar complementar gastos com alimentação. Além disto, para contrariar um imenso preconceito social, os efeitos deste programa, de acordo com algumas pesquisas realizadas com metodologias econométricas adequadas, são positivos no sentido de estimularem a busca por ocupações, sejam ocupações formais como informais.

Ou seja, este programa não estimula a “vagabundagem” como está muito presente no senso comum e, pelo contrário, cria condições para que seus participantes sejam mais estimulados a buscarem mais condições dignas de cidadania. Isto é perfeitamente compreensível dado que um beneficiário, ao superar a condição de indigência, sente-se mais apto a buscar ocupações. Na fala presidencial este beneficiário só se sentiria motivado a buscar emprego em uma situação de melhora econômica. Basta andarmos pelas ruas para presenciarmos milhares de pessoas exercendo inúmeras atividades informais.

Estas pessoas nem sequer são contabilizadas nas estatísticas de desemprego aberto comentadas e questionadas por Bolsonaro. Este imenso contingente entra nas estatísticas de subemprego para as quais pouca ou nenhuma atenção é dada. Pois vivemos em um país em que cada vez mais visivelmente o seu sistema econômico é incapaz de absorver a força de trabalho disponível, seja pelas políticas econômicas desastrosas que atrelam simplesmente o mercado de trabalho aos sabores do mercado em geral, seja por condições estruturais deste sistema que vão se tornando cada vez mais dramáticas e que são agravadas pela implementação de políticas eminentemente contrárias a uma perspectiva de desenvolvimento.

Um dos aspectos mais preocupantes sobre esta declaração é que ela dá um sentido político a algo que é eminentemente técnico e com isto pode trazer problemas de confiança sobre o sistema de estatísticas oficiais. Temos o recente exemplo da Argentina que passou a claramente manipular o cálculo dos seus indicadores de inflação, o que tornou a sua situação macroeconômica praticamente desconhecida. Temos também diversos exemplos históricos do nosso país começando pela gestão Delfim Neto como super-ministro da Economia em governos da ditadura militar, em que ocorriam visíveis manipulações de índices de inflação. Este tipo de comportamento dos governos frente às estatísticas oficiais produzidas pelos próprios órgãos governamentais não é coisa apenas do momento atual.

Na mesma ditadura militar tão reverenciada pelo atual presidente, por exemplo, o IBGE elaborou uma pesquisa denominada ENDEF (Estudo Nacional de Despesas Familiares). Nesta pesquisa foi realizado um levantamento quantitativo das condições ergométricas e alimentares da população brasileira. Havia um quesito aberto (qualitativo) no questionário da pesquisa em que o pesquisador descrevia as condições gerais que observava no domicílio pesquisado. Quando foram abertos e divulgados os dados surgiram muitas

informações relevantes a partir deste quesito aberto, mostrando condições dramáticas da população em estado de indignação, pessoas comendo pedras, insetos. Mas os resultados desta pesquisa foram censurados pelo regime militar. Como disse recentemente uma jornalista: "É comum governantes não gostarem dos dados negativos, o que os diferencia é que os de mente autoritária querem desmoralizar o órgão que apura a estatística indesejada. Em vez de dizer como enfrentará esse desafio, ele prefere brigar com o termômetro e ofender a inteligência alheia".

Vejamos mais um exemplo sobre as diversas injunções entre o governo federal recentemente empossado e a divulgação de estatísticas que não são favoráveis a ele. No mês de maio, o Instituto Data Folha divulgou uma pesquisa de opinião voltada para a percepção dos brasileiros sobre o Pacote Anti-Crime encaminhado ao Congresso Nacional pelo ministro Sérgio Moro. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, este pacote "poderá reduzir pela metade ou mesmo deixar de aplicar a pena por morte cometida em legítima defesa "se o excesso decorrer de excusável medo, surpresa ou violenta emoção. Este elemento do projeto representaria na prática uma "retaguarda jurídica" para ações de combate ao crime, tratando-se de uma ampliação do chamado excludente de ilicitude, ou seja, uma imunidade para policiais e militares que matarem pessoas em serviço.

Diga-se de passagem que apenas a sinalização deste abrandamento para tais procedimentos já parecem elevar os índices de assassinatos cometidos por policiais que começaram a ter este comportamento de elevação a partir do momento que o próprio Bolsonaro já defendia abertamente esta prática. Mas o que diz o ministro sobre os resultados da pesquisa? Ele diz que a pesquisa é "mal feita" e que as perguntas dirigidas aos entrevistados não se referem ao conteúdo do projeto, ou seja estão fora de contexto. Vamos enumerar algumas das perguntas feitas e os seus resultados:

1. A sociedade brasileira seria mais segura se os policiais matassem mais suspeitos de crimes? 60 % dos entrevistados responderam que não.
2. Policiais devem ter mais liberdade para atirar em suspeitos mesmo que isto possa atingir inocentes? 81 % respondem que não.
3. Uma pessoa que atira em alguém por estar muito nervosa não deve ser punida? Apenas 16 % disseram que sim, o que já é em si, um dado preocupante, ou até alarmante.
4. A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência? 72 % de respostas negativas.
5. Policiais que matam suspeitos de crimes devem ser investigados? 80 % de respostas afirmativas.
6. Quanto mais presos nos presídios, mais as facções criminosas se fortalecem? 62 % de respostas positivas.
7. Com a flexibilização das regras para comprar armas, você pretende comprar uma arma de fogo para se defender? 79 % responde que não.

Infelizmente, o ministro não poderia exigir uma formulação de perguntas que tivesse uma natureza jurídica estritamente precisa. E podemos ver que as perguntas parecem apontar para pontos centrais e polêmicos do pacote, muito discutidos e questionados, por especialistas em legislação e em segurança pública. Mesmo assim o Ministro, vem a público através das “redes sociais” e diz que “nada há no projeto que defenda licença para policiais atirarem em inocentes ou mesmo em suspeitos ou que episódios assim não devam ser investigados. Em nenhum lugar defende-se que pessoas simplesmente por estarem nervosas possam atirar em alguém e permanecer impunes”. O diretor do instituto responde a esta tentativa de desqualificação da pesquisa: “Não há nada mais velho para um político do que criticar pesquisa cujo resultado não o agrada. Desmerecer o Datafolha, sua história e credibilidade significa virar as costas para a opinião pública e desperdiçar a chance de compreendê-la”. Neste mundo da realidade virtual forjada pelas “redes sociais” devemos estar atentos ao que há de propriamente científico na representação mais adequada do mundo social e político.

Para completar nossos comentários sobre as atitudes deste ministro a respeito das estatísticas não poderíamos deixar de destacar uma declaração recente feita por ele a respeito de dois fatos:

1. Em uma entrevista a GloboNews realizada no início do mês de maio de 2019, diz que “o fato de as estatísticas de homicídios terem caído no País nos primeiros meses deste ano pode estar associado a medidas tomadas pelo

governo Jair Bolsonaro e pelas novas administrações estaduais, além do endurecimento do discurso na área de segurança”. Ainda afirma que: “Embora reconheça a dificuldade de se identificar os motivos exatos por trás do comportamento desse tipo de índice, o ex-juiz da Lava Jato disse acreditar que a queda expressiva dos homicídios e as mudanças nos governos federal e estaduais neste ano não são coincidência.

2. Na mesmíssima entrevista ele comenta sobre a letalidade policial no Rio, afirmando que a situação na região é “peculiar” e impede o enfrentamento da criminalidade de maneiras convencionais. Mas o mais importante é que concorda que o aumento das mortes por policiais do Estado não é algo a se comemorar, mas disse que não se sentiria confortável em estabelecer uma correlação entre a piora da estatística e a política de segurança empregada pelo governador Wilson Witzel (PSC).

Ou seja, este ex-juiz só se sente confortável quando as estatísticas são favoráveis aos seus objetivos políticos. Em outras palavras, o coeficiente de correlação entre duas variáveis só pode ser calculado e/ou interpretado quando nos interessa. Faz lembrar as palavras de um ministro do passado que vazaram por um descuido televisivo: “O que é bom para nós divulgamos e o que é ruim colocamos embaixo do tapete”.

O desenvolvimento de sistemas estatísticos nos países tem se tornado peça fundamental no planejamento das ações públicas, tanto no que se refere a informações econômicas (contabilidade social, estatísticas de produção, estatísticas de emprego, estatísticas de preços, etc.), estatísticas demográficas, sociais, referentes a saúde, educação e outras. No Brasil este sistema está sendo a muitas décadas continuamente aprimorado, constituindo-se o IBGE uma das mais desenvolvidas instituições neste campo no mundo, tendo um corpo técnico e um conjunto de pesquisas (conjunturais e estruturais) que, apesar de todos os percalços que o funcionalismo público vem enfrentando nos últimos governos e no atual, prima por um elevado grau de qualidade. No entanto, estamos vivenciando a alguns anos um certo descaso dos governos federais por esta atividade, apesar da mesma ter grande reconhecimento na opinião pública, órgãos de imprensa e em praticamente toda a sociedade civil do país.

De certa forma, juntamente com o que ocorre em muitas outras instituições públicas, presenciamos um movimento de desmonte e enfraquecimento da pesquisa estatística, em particular do IBGE, mas também em outros órgãos federais e estaduais da área. No governo atual temos visto notícias de ingerência nestes órgãos e declarações do próprio Presidente da República tentando desqualificar os resultados de pesquisas, com questionamentos vagos sobre suas metodologias. Isto ocorre em geral quando governantes não estão satisfeitos com estes resultados que depõem contra o funcionamento e alcance

de seus governos, como é o caso das pesquisas sobre Desemprego (PNAD contínua) e as informações sobre Contabilidade Social (variação do Produto Interno Bruto trimestral).